

Captura Crítica

“UM OLHAR DECOLONIAL PARA A LOUCURA”: ESCRITOS AFRICANOS

“A DECOLONIAL LOOK AT MADNESS”: AFRICAN WRITINGS

Tainara Rodrigues dos Santos¹

Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Santa Catarina, Brasil. Email: tainararodrig@unesc.net. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4373-586X>.

Janine Moreira²

Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Santa Catarina, Brasil. E-mail: jmo@unesc.net. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8421-277X>.

Artigo recebido em 13/11/2022.

Aceito em 26/12/2022.

Pré-publicado em 17/01/2023.

**Captura Crítica: direito, política, atualidade. Florianópolis, Pré-publicação, p. 1-16, 2023.
ISBN: 1984-6096**

¹ Acadêmica de Bacharel em Psicologia na Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).

² Doutora em Educação.



“UM OLHAR DECOLONIAL PARA A LOUCURA”: ESCRITOS AFRICANOS³

“A DECOLONIAL LOOK AT MADNESS”: AFRICAN WRITINGS

Resumo: O eurocentrismo segue deslegitimando outras epistemologias ao impor como o único saber verdadeiro aquele produzido no chamado ocidente, com pretensão de universalidade. E quanto aos saberes não ocidentais? Por que eles não são válidos? Há uma tentativa de apagamento de outras existências, fruto da relação de poder construída histórica e hierarquicamente com povos não ocidentais, a chamada colonialidade. Essa prática racista, além de produzir patologias, se insere na própria lógica patologizante, a qual procura ditar o que é normal ou não, e que, a partir de um olhar decolonial, se mostra ineficaz, pois no âmbito da saúde mental esse modelo científico dualista-racionalista ocidental não só é insuficiente, mas prejudicial, por desconsiderar o contexto social/político/econômico do indivíduo. Sendo assim, objetivamos compreender o que é o sofrimento psíquico para povos africanos a partir da perspectiva decolonial. Realizamos um levantamento bibliográfico de artigos publicados desde o ano de 2016. Com a leitura dos resumos, selecionamos 5 artigos. Apesar da ausência de produções científicas a respeito de compreensões do sofrimento psíquico para povos africanos, obtivemos como resultado o início de uma compreensão a partir da literatura africana, a partir do livro “As Alegrias da Maternidade” de Buchi Emecheta, escritora nigeriana de etnia igbo, que, no contexto do colonialismo, expressa a relação do sofrimento psíquico com a ancestralidade africana.

Palavras-chave: Loucura; Decolonialidade; Obras Africanas.

Abstract: Eurocentrism continues to delegitimize other epistemologies by imposing as the only true knowledge that produced in the so-called West, with the pretension of universality. And what about non-Western knowledge? Why are They not valid? There is an attempt to erase Other existences, the result of the historically and hierarchically constructed power relationship with non-Western peoples, the so-called coloniality. This racist practice, in addition to producing pathologies, is part of the pathologizing logic it self, which seeks to dictate what is anormal or not, and which, from a decolonial perspective, proves to be ineffective, because in the context of mental health this scientific model Western dualista-rationalist is not only insufficient, but harmful, as it disregards the individual's social/political/economic context. Therefore, we aim to understand what psychic suffering is for African peoples from a decolonial perspective. We carried out a bibliographic survey of articles published since 2016. After Reading the abstracts, we selected 5 articles. Despite the absence of scientific productions about understandings of psychic suffering for African peoples, we obtained as a result the beginning of an understanding from African literature, from the book “The Joys of Motherhood” by Buchi Emecheta, a Nigerian writer of Igbo ethnicity, which, in the context of colonialismo, expresses the relationship between psychic suffering and African ancestry.

Keywords: Madness; Decoloniality; African Works.

Introdução

O cuidado à saúde mental é hegemonicamente realizado a partir de uma compreensão do sofrimento existencial de bases teóricas ocidentais. Interrogar porque não nos chegam epistemologias não ocidentais para pensar essa questão é fundamental. Além disso, é necessário

³ Artigo escrito a partir de projeto de iniciação científica, do Programa Institucional de Iniciação Científica – PIBIC, da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), com bolsa do CNPq.

se atentar que a lógica hegemônica ocidental, de cunho biologicista, cada vez mais impõe a patologização da vida, interferindo nos direitos humanos básicos do viver. Os saberes de povos originários – aqui incluídos indígenas americanos e africanos - na produção científica que se tem hoje não são considerados válidos. Por quê?

O discurso do colonizador europeu em relação aos africanos consagrou a ideia de que estes seriam naturalmente atrasados, despossuídos de História. Apenas elementos externos a eles - a ciência, o cristianismo, a democracia representativa, a economia de mercado e a escola ocidental - poderiam inseri-los naquilo que imaginamos ser a História da humanidade. É a tentativa, em suma, de impor um olhar homogêneo sobre o mundo. (LOPES; SIMAS, 2021, p. 16).

Nesse contexto, é evidente a necessidade da tentativa de ir contra o discurso hegemônico, implicando, assim, um resgate da existência de pessoas racializadas, obtendo, dessa forma, uma afirmação de saberes populares tradicionais na produção científica. Ao pensar outras epistemologias neste trabalho, a busca se volta para as produções de escritos africanos.

É notório o crescimento de patologias associadas à dimensão existencial humana, assim como também é notório o volume de obras científicas que fazem a crítica à “patologização da existência”. Esta crítica parte do entendimento de que questões complexas de ordem existencial – aprendizagem, adoecimento, luto etc. – necessitam ser compreendidas a partir de sua complexidade, o que necessariamente inclui os aspectos relacionais humanos, as condições sociais, culturais, econômicas, políticas, espirituais e o biológico. Tais obras criticam o reducionismo biológico do ser humano, ao considerar suas dificuldades existenciais prioritariamente como disfunções biológicas, o que tem como correlato a administração de remédios (medicalização), muitas vezes, por toda sua vida. Este trabalho, ao se colocar contrário à lógica biologicista, usa o termo “loucura” no genérico e sofrimento psíquico ou existencial no específico para demarcar o entendimento de que este é produzido na integralidade de vida do sujeito em sociedade.

Os estudos decoloniais também fornecem subsídios para tal reflexão, uma vez questionarem os pressupostos epistemológicos ocidentais eurocentrados de compreensão científica, os quais invisibilizam epistemologias fora do eixo Europa Ocidental-Atlântico Norte, a saber, epistemologias situadas na América Latina, Ásia, África, Europa Oriental.

É no contexto desse projeto eurocêntrico civilizatório que vai se instaurando o “homem universal”, com base na supremacia branca e na inferioridade preta. Sendo assim, objetivamos compreender o que é o sofrimento psíquico para povos africanos a partir da perspectiva decolonial. a fim de visibilizar esta compreensão/produção, invisibilizada na academia de

orientação eurocêntrica, propondo uma compreensão do sofrimento a partir de outra epistemologia.

1 Metodologia

Esta pesquisa foi qualitativa e de revisão bibliográfica, a partir de artigos e livros; para a seleção dos artigos foi realizado um levantamento a partir de 2016 com alguns descritores específicos, tais como: Etnopsiquiatria; Sofrimento África; Escritos africanos *and* Doença mental; Psicologia transversal e Psicologia africana, na base de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e, descritores como: Etnopsiquiatria; Escritos africanos *and* Doença mental; África *and* Sofrimento psíquico, na base de dados CAPES. Com base na leitura dos resumos, foram selecionados cinco artigos por sua aproximação com as relações étnico-raciais, mas vale ressaltar que não se teve resultados com o mesmo objeto de estudo desta pesquisa. Por conta da pouca produção científica a respeito de compreensões do sofrimento psíquico para povos africanos, fizemos a compreensão a partir da literatura de uma obra africana, a partir do livro intitulado “As Alegrias da Maternidade”, de Buchi Emecheta, mulher, preta, nigeriana, de etnia igbo, que, no contexto do colonialismo, expressa a relação do sofrimento psíquico com a ancestralidade africana.

2 Estabelecendo crítica à patologização do sofrimento psíquico da tradição ocidental

É relevante nos atentarmos à dinâmica do funcionamento sobre a compreensão do sofrimento psíquico nos dias atuais. Procurando indicar aqui uma localização, pensamos o sofrimento psíquico a partir de uma perspectiva que é envolta depois da invasão de Abya Yala, ou seja, a América colonizada. O que compreendemos atualmente se originou na França, quando do surgimento da Psiquiatria, no final do século XVIII, quando a ainda não catalogada “loucura” foi denominada de “doença mental”, que veio a ser o objeto de estudo e intervenção da inaugurada modalidade médica, entendida a partir de uma lógica biologicista, que vem cada vez mais impondo a patologização da vida.

Torna-se notório que vivenciamos a tradição ocidental na pretensão recorrente de ditar e impor padrões e normativas as quais são comumente tidas como o único viável modo de ser,

constituindo, nessa lógica, a subalternização e a tentativa de apagamento de outras existências através da relação de poder que foi construída historicamente sobre povos não ocidentais.

Podemos denominar essa prática de colonialidade, a qual “pode ser compreendida como uma lógica global de desumanização que é capaz de existir até mesmo na ausência de colônias formais” (TORRES, 2020, p. 36). Essa prática racista, além de produzir patologias (FANON, 1968, 2008, 2020), se insere na própria lógica patologizante, a qual procura ditar o que é normal ou não, e que, a partir de um olhar decolonial, se mostra ineficaz, pois no âmbito da saúde mental, esse modelo científico dualista-racionalista ocidental não só é insuficiente, mas prejudicial, por desconsiderar o contexto social/político/econômico do indivíduo (AMARANTE, 2007).

Para adentrarmos posteriormente no campo da saúde mental, se torna imprescindível uma breve, mas profunda reflexão dessa prática, para uma essencial compreensão da racionalidade branca que atua por meio do racismo na influente epistemologia tradicional.

Sendo assim, podemos pensar essa prática enquanto envolta por faces que buscam esconder – de forma explícita – o seu projeto de extermínio de povos autóctones do continente africano. A soberania branca opera por meio de uma dessas faces, a civilização. Ou seja, “[...] foi esse movimento de levar a civilização para onde ela não existia que redundou em um processo de destruição e morte, de espoliação e aviltamento, feito em nome da *razão* e a que se denominou *colonialismo*.” (ALMEIDA, 2021, p. 27. Grifos do original). Podemos aqui considerar a dinâmica relacional entre o processo colonial e a civilização e, ainda assim, é válido se atentar ao fato de que “[...] O racismo é um sistema que facilita a exploração por meio da identificação de gente ‘civilizada’ e ‘incivilizada’.” (NOGUERA, 2021, p. 11). Identificação essa, que como elucidam o autor brasileiro Renato Noguera e a autora brasileira Cida Bento, é feita pela “epidermização da inferioridade”:

O discurso europeu sempre destacou o tom da pele como a base principal para distinguir status e valor. As noções de “bárbaros”, “pagãos”, “selvagens” e “primitivos” evidenciam a cosmologia que orientou a percepção eurocêntrica do outro nos grandes momentos de expansão territorial da Europa. (BENTO, 2022, p. 28).

Nessa sociedade racista, o projeto de extermínio é realizado por quem detém o poder de decisão: a coletividade branca, que opera por meio da soberania. Como nos elucidam Mbembe: “[...] Esse direito soberano de matar, apoiado pelo pensamento de inumanidade das vidas pretas que desenvolve formas de crueldade íntima, horrível e lenta, caracteriza a guerra necropolítica que opera supostamente a serviço da ‘civilização’” (MBEMBE, 2018 *apud* SANTOS, 2021, p. 2).

Podemos concluir então que a raça enquanto conceito construído historicamente é a base do mecanismo de funcionamento da prática do projeto eurocentrista civilizatório, este que opera por meio da opressão, da segregação e do genocídio, buscando exercer forte influência econômica e política. É no contexto desse projeto que vai se instaurando o “homem universal”, centrado na supremacia branca e na inferioridade preta.

Porém, assim que a superioridade econômica e racial foi estabelecida pela desumanização, o momento posterior da dinâmica do racismo é o do enquadramento do grupo discriminado em uma versão de humanidade que possa ser controlada, na forma do que podemos denominar de um *sujeito colonial*. Em vez de destruir a cultura, é mais inteligente determinar qual o seu valor e o seu significado. (ALMEIDA, 2021, p.73. Grifos do original).

É importante que se fale sobre a saúde mental de pessoas racializadas, pois é notável que “Uma vez que o racismo performou tanto as epistemologias tradicionais, quanto contemporâneas, ele presentifica-se, por exemplo, na profunda diferença entre os grupos étnicos quanto aos indicadores de saúde e doença” (SANTOS, 2021, p. 3). Com isso, podemos pontuar que por mais que se tenha um mínimo esforço de alguns profissionais da saúde no campo da Psicologia, esta ainda se mostra falha quando pensa em práticas de cuidado ao sofrimento psíquico, mesmo repensando o sujeito preto enquanto colonizado, pois a grande massa de toda a construção do conhecimento se volta para a promoção da saúde individualizada do “homem universal”.

Adentrando então no campo da saúde mental, a produção da significação da “loucura” está também, de modo explícito, atrelada a essa ideologia, a qual insere apenas o sujeito branco, impondo a desumanização das pessoas racializadas. Portanto, procuramos aqui pensar o sofrimento psíquico a partir da perspectiva dos povos africanos não colonizados ou que, mesmo após serem submetidos forçadamente a esse processo da dita era moderna, continuam caminhando à libertação através de seus saberes. Situando aqui o sofrimento psíquico no complexo campo da saúde mental, é preciso compreender que não há uma única verdade, apesar do modelo científico eurocêntrico dualista-racional tentar impor isso, desconsiderando várias facetas da vida humana (AMARANTE, 2007).

Para o processo de reconhecimento da loucura em doença mental, tomemos como referência a França, lugar de origem da Psiquiatria, e vale lembrar que é a partir da Europa ocidental que a base de conhecimento sobre o cuidado ao sofrimento psíquico nos foi imposta. Durante esse processo, se tem o sujeito considerado como louco sendo submetido a modos desumanos, uma vez não serem entendidos como humanos. É Pinel, no final do século XVIII

que ficará conhecido como o grande libertador dos loucos, ao retirar, literalmente, as correntes que os prendiam e ao substituir os tratamentos físicos agressivos pelo “tratamento moral”, a autoridade moral do psiquiatra como uma referência para a mudança moral do doente. Afinal, Foucault (2021) nos mostra como a Psiquiatria, desde sua origem, se ocupou de problemas morais, ao se considerar os doentes mentais pessoas que sofriam de vicissitudes morais. E a internação deixava-os à disposição do olhar do especialista. Assim, tanto nos primórdios da Psiquiatria como hoje, com a maior base compreensiva a partir da lógica biologicista, a tentativa é de compreender o sofrer, mas não o sofrimento.

É entre os muros do internamento que Pinel e a psiquiatria do século XIX encontrarão os loucos; é lá – não nos esqueçamos – que eles os deixarão, não sem antes se vangloriarem por tê-los “libertado”. A partir da metade do século XVII, a loucura esteve ligada a essa terra de internamento, e ao gesto que lhe designava essa terra como seu local natural. (FOUCAULT, 2021, p. 48-49).

Agora, a loucura é reconhecida em sua forma mais recente, enquanto patologia – doença mental, mas durante essa transformação, a loucura foi atrelada a diferentes formas, à arte, ao divino – enquanto o mal, assim como à ideia de moralidade e ética familiar, continuando enraizada pelo religioso. Também teve seus atravessamentos a partir da ideia de razão – enquanto irracional –, e essencialmente pela pobreza, pois:

O gesto que, ao traçar o espaço do internamento, conferiu-lhe um poder de segregação e atribuiu à loucura uma nova pátria [...] Ele organiza, numa unidade complexa, uma nova sensibilidade à miséria e aos deveres da assistência, novas formas de reação diante dos problemas econômicos do desemprego e da ociosidade, uma nova ética do trabalho e também o sonho de uma cidade onde a obrigação moral se uniria à lei civil, sob as formas autoritárias da coerção. (FOUCAULT, 2019, p. 55).

Ao se fazer a junção do ideário de “homem universal” com a raça é nítido que os povos autóctones não ocidentais serão ainda mais afetados. Podemos encontrar com facilidades escritos que mostram pessoas negras como irracionais por absurdas e falsas questões biológicas atreladas à inferioridade racial, lembrando aqui que: “[...] O racismo é ‘epidérmico’ - essa ‘epidermização da inferioridade’ que recai sobre as pessoas negras é um dos aspectos ressaltados por Fanon” (NOGUERA, 2021, p. 11), como produto a ser explorado na mão de obra, produzindo-se dinheiro de forma escravizada para a classe burguesa dominante; assim, a pessoa negra é considerada como não-ser – pois as dimensões da vida serão tomadas dessas pessoas, seu lar, a cultura, a língua, a ancestralidade, seu pertencimento, seus modos de viver. Torna-se notório que:

[...] A colonização é racista, o racismo é colonial, um alimenta o outro [...] O contato de uma pessoa negra com o mundo branco já a prejudica. [...] As patologias

psicológicas decorrentes de um mundo branco produzido como único e verdadeiro acabam por impor transtornos de outra ordem às pessoas negras. (NOGUERA, 2021, p. 10).

Pensando a saúde mental, a constituição subjetiva do ser humano se dá a partir do cultural com o psíquico, dessa forma, houve então tentativas a partir da etnopsiquiatria tradicional, formulada por Georges Devereux enquanto metodologia, de buscar a compreensão do sofrimento psíquico de povos não ocidentais, considerando-os como exceções para, então, buscar uma coerência a partir de uma análise com as referências da etiologia e da psicanálise, assumindo, assim, sua parcialidade eurocêntrica, pois ao mesmo tempo em que busca compreender o sofrimento, tenta “resolvê-lo” a partir da ciência europeia. (BORGES *et al.*, 2019).

Considerando as pontuações feitas, o quão comum e recorrente é classificar comportamentos que não se enquadram nessas impostas normativas ocidentais como patologias?

Dalgarrondo informa que:

O campo da psicopatologia inclui uma variedade de fenômenos humanos especiais, associados ao que se denominou historicamente de doença mental. São vivências, estados mentais e padrões comportamentais que apresentam, por um lado, uma especificidade psicológica [...] e por outro, conexões complexas com a psicologia do normal. (DALGARRONDO, 2019, p. 6).

Porém, “[...] Pensando em termos de psicopatologia, a colonização, mais que um envenenamento político, é, sobretudo, uma intoxicação psíquica.” (NOGUERA, 2021, p. 16). Resultante de tornar de domínio médico o que é da vida, como os modos de ser e experienciar, é a patologização, processo esse que se inicia na Europa, produto da colonização europeia. Esse processo que estabelece e transforma em doença comportamentos e sensações consideradas inconvenientes reduz o sujeito ao diagnóstico, resultando no processo de medicalização nos dias atuais. A patologização da subjetividade, que está envolta nos moldes da “loucura”, é cada vez mais comum na sociedade ocidental, e tem um histórico bruto e violento, considerando aqui as relações autoritárias de poder estabelecida sobre povos não ocidentais.

Compreendendo como o racismo estrutura essas relações, observamos como as pessoas negras são majoritariamente alvos, considerando-se seus modos de vida como doença, assim como a falta de consideração de suas subjetividades, a inferiorização do corpo não-branco ou até mesmo a tentativa recorrente de invalidar sua existência.

O enquadramento de pessoas é resultante da incapacidade de compreender o sofrimento existencial de uma pessoa enquanto singularidade que perde a sua subjetividade, estando

inserida dentro de um coletivo, implicando em tornar existências sem vozes, pessoas sem identidades, ou seja, um olhar especializado em julgar ao invés de compreender.

Como nos mostra Rebecca Saunders (2008), o sofrimento humano é intraduzível. Deve-se atentar à compreensão das experiências, e que as pessoas com sofrimento psíquico não precisem sofrer mais com o impacto de um diagnóstico para rotular ou para se construir um caminho terapêutico e garantir que os direitos humanos dessas pessoas não sejam violados, pois aqui, o intuito não é negar a existência do sofrimento psíquico, mas realmente compreendê-lo em sua complexidade.

Ainda que não tenha sido considerado até agora um precursor da Reforma Psiquiátrica como o são psiquiatras ingleses, italianos e estadunidenses, o psiquiatra negro martiniquenho Frantz Fanon, nos anos 1940 e 1950, experienciou alternativas de cuidado à saúde mental na ala psiquiátrica do Hospital Geral Charles-Nicolle, por meio do Centro-Dia de neuropsiquiatria, em Túnis, indo ao encontro de uma terapêutica antimanicomial. Essas alternativas têm por base a socioterapia, sendo então o hospital um local de sociabilidade, livre circulação e sem a prática do internamento. (FANON, 2021). Fanon agora começa a ser cada vez mais estudado e a entrar, finalmente, na academia científica ocidental.

3 Situando a perspectiva decolonial sobre o entendimento do sofrimento psíquico

A colonialidade enquanto sistema político é o que está por traz da modernidade, que por sua vez, tem como eixo o projeto civilizatório. Vale lembrar que a colonialidade é constituída por dimensões de uma visão de mundo da modernidade, que atinge todos os polos da vida humana, sendo essas dimensões: poder, saber e ser.

Aníbal Quijano elucidava a colonialidade do poder enquanto estruturada no capitalismo e na raça, vejamos:

As novas identidades históricas produzidas sobre a idéia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho. Assim, ambos os elementos, raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente associados e reforçando-se mutuamente, apesar de que nenhum dos dois era necessariamente dependente do outro para existir ou para transformar-se. [...] Essa distribuição racista de novas identidades sociais foi combinada, tal como havia sido tão exitosamente logrado na América, com uma distribuição racista do trabalho e das formas de exploração do capitalismo colonial. Isso se expressou, sobretudo, numa quase exclusiva associação da branquitude social com o salário e logicamente com os postos de mando da administração colonial. Assim, cada forma de controle do trabalho esteve articulada com uma raça particular. Consequentemente o controle de uma forma específica de trabalho podia ser ao mesmo tempo um controle de um grupo específico de gente dominada. Uma nova tecnologia de dominação/exploração, neste caso

raça/trabalho, articulou-se de maneira que aparecesse como naturalmente associada. (QUIJANO, 2005, p. 108-109)

Assim, resultante da colonialidade do poder é a exploração/dominação do trabalho, mas também da cultura. Já, a colonialidade do saber constitui as formas de se relacionar com o conhecimento. Gisele Silva Santos por meio de uma pesquisa demonstra como “[...] a objetividade científica pode ser pensada enquanto um caminho na produção de estereótipos” (SANTOS, 2016, p. 438). Ainda assim, “[...] A colonização no âmbito do saber é produto de um longo processo de colonialidade que continuou reproduzindo as lógicas econômicas, políticas, cognitivas, da existência, da relação com a natureza, etc. que foram forjadas no período colonial.” (WYNTER, 2003 *apud* COSTA *et al.*, 2020, p. 9). Numa perspectiva decolonial, se torna necessário “[...] a afirmação da existência e o conhecimento das tradições culturais e filosóficas que foram desprezadas pela modernidade” (COSTA *et al.*, 2020, p. 16). Sobre a colonialidade do ser, vejamos:

[...] A colonialidade do ser inclui a colonialidade da visão e dos demais sentidos, que são meios em virtude dos quais os sujeitos têm um senso de si e do seu mundo. Uma exploração da colonialidade do ser, portanto, requer uma averiguação da colonialidade do tempo e espaço, bem como da subjetividade, incluindo a colonialidade do ver, do sentir e do experimentar. (TORRES, 2020, p. 44).

Podemos concluir que essas dimensões atingem de modo direto a subjetividade. “[...] O que quer que um sujeito seja, ele é constituído e sustentado pela sua localização no tempo e no espaço, sua posição na estrutura de poder e na cultura, e nos modos como se posiciona em relação à produção do saber.” (TORRES, 2020, p. 43).

Dentre as suas dimensões, aqui, a perspectiva decolonial se relaciona com a colonialidade do saber quando se traz uma compreensão não ocidental como resultado, enquanto um conhecimento válido. Mas procuramos nos atentar de modo principal à colonialidade do ser, para contextualizar a perspectiva decolonial sobre o entendimento do sofrimento psíquico.

Pois é nesse sentido que podemos considerar que:

A colonialidade implica em um processo de dominação do “outro” até o ponto em que este se veja como ‘outro’ em relação ao “mesmo”, desejando ser como o “mesmo”. Ela proporciona aos colonizados serem vencidos em sua resistência até o ponto em que aceitem e desejem viver a partir do modo de vida externo, dos colonizadores [...] A invasão, a dominação, a fabricação de um “outro” é impeditiva da coexistência da diferença, até o ponto em que este “outro” deseje ser o “mesmo” [...] Até que a ciência também resolva nominar e classificar patologicamente essas resistências, deslegitimando-as. (MOREIRA, 2020, p. 152).

Pensando a “loucura” a partir de Foucault (2019), pode-se dizer que as pessoas com suas realidades que não se encaixavam no padrão de sociedade civilizada e correta imposta pelo homem branco europeu, vivenciavam a experiência do desatino, surgindo então o internamento. Sendo assim, naquele contexto, o internamento surge enquanto prática correcional para disciplinar os corpos, e ainda, a violência do “tratamento” tinha então seu poder legislativo. Com o processo da colonização isso é repassado para outras pessoas, outras culturas, aparentemente sem o menor remorso.

Sofrer ao experienciar as nuances da existência a partir de cada singular realidade que se reflete no coletivo se tornou alvo de classificações ocidentais para impor padrões psíquicos. Hoje, atitudes que perpassam o nosso cotidiano, além de adentrarem no espaço acadêmico que buscam romper com essa lógica desumana, vão ao encontro a um projeto decolonial do ser, como por exemplo a validação de epistemologias não ocidentais por meio da sua utilização nos espaços acadêmicos.

Essa perspectiva está atrelada a um resgate da subjetividade e, principalmente, a considerar válidas epistemologias não ocidentais que recorrentemente estão em processo de resistência, significando assim, ir ao encontro de uma transmodernidade enquanto projeto corpo-político. “[...] A transmodernidade baseia-se na pluriversalidade em que se busca como horizonte utópico a diversidade epistêmica sem o relativismo epistêmico. O pluriversalismo rejeita a universalidade de soluções, onde um define pelos outros qual é a ‘solução’” (COSTA *et al.*, 2020, p. 16), ou seja, é “[...] uma ruptura com a lógica da modernidade/colonialidade que permite a afirmação da existência e o conhecimento daqueles que foram apagados, invisibilizados e negados pela colonialidade” (COSTA *et al.*, 2020, p. 16).

Novamente podemos trazer Fanon (1968, 2020, 2021), ao afirmar que a colonização produz patologias, e ao descrever de forma tão experiencial os sofrimentos sentidos por negros num mundo racista.

4 Resultados e discussão

Ao buscar e estudar obras africanas sobre a compreensão do sofrimento existencial, nos deparamos com a literatura. A obra de referência é intitulada: *As alegrias da maternidade*, escrita por Buchi Emecheta, mulher negra, nigeriana, nascida em Lagos. Para fins de situação da compreensão obtida, um breve resumo da obra:

A história se inicia em 1934, na cidade Lagos – que mais tarde se tornaria a capital da Nigéria – portanto, com forte influência da colonização, e permanece contextualizada durante o início da Segunda Guerra. A protagonista desta obra, Nnu Ego, filha de Ona e Nwokocha Agbadi – um grande líder de seu povo – é uma mulher negra, nigeriana, de etnia Igbo, que é enviada por seu pai a Lagos após seu primeiro casamento fracassado pela falta da maternidade, para se casar com um homem que nem conhece chamado Nnaife, homem negro, de etnia Iorubá, empregado doméstico de homem branco e mais tarde sequestrado para ser soldado durante a segunda guerra mundial. Apesar de que na tradição de vida da protagonista as mulheres serem escolhidas apenas para a maternidade ou para serem escravizadas, ser mãe é o seu maior desejo. É por isso que ocorre essa mudança para a Nigéria colonial em sua vida. Através da leitura completa desta obra é possível experienciar a forte influência da colonização sobre pessoas africanas, que apesar de carregarem consigo suas tradições, como no caso de Nnu Ego, aos poucos vão vivenciando esse choque cultural em que as diferenças vão ser impostas, como por exemplo, a religião catolicismo, há sempre uma tentativa do homem e da mulher brancos europeus de silenciar subjetividades negras. Dentre tantas questões tão essenciais, é necessário nos atentarmos ao contexto da morte do seu primeiro filho para elucidar uma outra compreensão do sofrimento psíquico:

Nnu Ego recuou e saiu do quarto, os olhos perdidos e vidrados, contemplando o vazio. Seus pés estavam leves e ela avançava como se estivesse em transe, sem dar-se conta de que usava aqueles pés. Foi de encontro à porta, afastou-se dela e cruzou a varanda, avançou para a grama verde que fazia parte do alojamento dos empregados. A grama estava úmida de orvalho sob seus pés descalços. Seu corpo inteiro sentia a névoa fina do ar, e parte dela percebeu quando roçou a roupa lavada do patrão branco pendurada no varal. Isso a fez girar o corpo num safanão, como um cãozinho ao esticar completamente a corda. Agora estava voltada para a estrada, tendo decidido usar os olhos, a parte da frente e não mais a de trás. Correu, os pés ainda mais leves, como se os olhos, agora que os usava, lhe dessem uma leveza especial. Correu, passou pelo bangalô do patrão, passou pelo jardim lateral e disparou pela estrada de saibro, sem asfalto; seus sentidos ficaram temporariamente ofuscados pela cor da estrada, que parecia de sangue agitado. Foi em frente até depois dessa estrada curta que levava à grande, asfaltada; correu como se a perseguissem, olhando para trás uma única vez, para ter certeza de que não estava sendo seguida. Correu como se nunca mais fosse parar. [...] Nnu Ego passou a toda velocidade pelas bancas do mercado Zabo, cobertas com folhas de ferro corrugado vermelho que, tal como a grama úmida e o saibro no chão, reluziam com o orvalho da manhã. No estado em que estava, não parecia ver nada disso, embora seu subconsciente registrasse tudo. Pedrinhas aguçadas no caminho por onde ia espetaram seus pés quando chegou à Baddley Avenue; sentiu e ao mesmo tempo não sentiu a dor. O mesmo se aplicava à dor em seus jovens seios, soltos sob a blusa, agora se enchendo depressa de leite, desde o nascimento de seu menininho, quatro semanas antes. Seu bebê... Seu bebê! Sem querer, os braços de Nnu Ego envolveram os seios doloridos, mais para confirmar sua maternidade que para aliviar o peso deles. Nnu Ego sentiu o leite escorrer, umedecendo sua blusa buba; e a outra dor sufocante se intensificou, chegando-lhe agora à garganta, como se tivesse o firme propósito de espremer para fora de seu corpo, ali e então, a própria vida. Só que o leite tinha como sair e aquela dor não, embora a forçasse a ir em frente, e ela corria,

corria para longe da dor. Mesmo assim a dor estava ali, dentro de seu corpo. Só havia um jeito de livrar-se dela. Pois como Nnu Ego poderia mostrar o rosto ao mundo depois do que acontecera? Não, melhor nem tentar. Melhor acabar com tudo daquele jeito, o único jeito certo. [...] Ela começou a sentir cansaço, e de vez em quando choramingava como uma criança assustada; mesmo assim avançava depressa, ofendida por sentir algum tipo, fosse qual fosse, de dor física. Enquanto andava, a dor e a raiva competiam dentro dela; às vezes a raiva parecia ser mais forte, mas a dor emocional sempre vencida. E era àquilo que ela queria dar fim muito, muito depressa. Logo chegaria lá, disse para si mesma. Logo tudo estaria encerrado, exatamente lá, sob a água profunda que corria embaixo da ponte Carter. Então poderia procurar e encontrar sua *chi*, sua divindade pessoal, e perguntar-lhe por que a castigara daquela maneira. Sabia que seu *chi* era uma mulher não apenas porque em sua opinião só uma mulher seria tão absoluta ao punir outra mulher. À parte disso, quantas vezes haviam lhe dito em sua casa em Ibuza que seu *chi* era uma escrava que fora obrigada a morrer com a ama no momento em que a ama era sepultada? Por isso agora a escrava se encarregava de transformar a vida da própria Nnu Ego num catálogo de desastres. Bem, agora Nnu Ego estava indo ao seu encontro, ao encontro da implacável princesa escrava vinda de um país estrangeiro, e queria discutir toda aquela questão com ela, não neste mundo, mas no mundo dos mortos, lá, nas profundezas das águas do mar. Dizem que as pessoas que estão para morrer, seja afogadas seja por uma doença terminal gradativa, dedicam os últimos poucos momentos de consciência percorrendo a própria vida caleidoscopicamente, e Nnu Ego não era exceção à regra. A dela começara vinte e cinco anos antes, numa cidadezinha igbo chamada Ibuza.” (EMECHETA, 2019, p 1-5).

É notório que Nnu Ego está sofrendo, e com toda a sabedoria que carrega consigo, o que faz sentido para si é que para acabar com esse sofrimento seria necessário encontrar sua *chi* para receber as respostas cujas perguntas a atormentam. É válido ressaltar que: “[...] os Igbos creem que cada ser humano é acompanhado ao longo de sua vida por uma energia espiritual chamada *chi*. Essa energia exercerá o papel de tutora da pessoa ao longo de sua vida e a dotará de força e prestígio se a boa conduta for o seu procedimento” (LOPES; SIMAS, 2021, p. 104). Talvez seja por isso o seu desejo de se afogar, só assim poderia encontrar sua energia espiritual, no mundo dos mortos. Numa lógica ocidental, poderíamos concluir, por meio de diagnósticos, que a personagem está num estado depressivo vivenciando esse momento, pois seus pensamentos e condutas vão ao encontro da indução do suicídio. Mas Pussetti nos lembra que:

[...] A este propósito Lutz (1985) e Bibeau (1987), convidando-nos a ter uma cautela particular quanto a possibilidade de utilizarmos categorias diagnósticas com pretensões de validade em toda e qualquer sociedade, chamam a nossa atenção para a exigência de usarmos modelos explicativos e relacionais etnográficos (em lugar de modelos clínicos, patológicos ou epidemiológicos), para encarar e interpretar as vivências emotivas dos outros no seu mais amplo significado sociocultural. (PUSSETTI, 2006, p. 10).

Sendo assim, o objetivo aqui não é patologizar a sua vivência, mas buscar uma compreensão do seu sofrimento existencial explícito a partir de uma outra cosmovisão. Aqui, pode-se identificar a profunda relação da vivência com a ancestralidade que os povos africanos carregam consigo, e podemos lembrar que:

Ancestralidade é memória e sentido de pertencimento cósmico e comunitário [...] Os povos europeus que capturaram os africanos quiseram que estes esquecessem sua cultura, seu país, seu jeito de ser, sua religião, sua família, sua língua, sua comunidade e até sua humanidade. Procediam assim à colonização da memória e à animalização dos homens e mulheres africanos e, posteriormente de seus descendentes capturados e sequestrados; quis apagar sua memória para lhe fazer sentir-se coisa nenhuma, objeto, escravo. (BONA, 2016 *apud* SANTOS, 2019, p. 161).

A ancestralidade está explícita nos momentos em que Nnu Ego se volta para questionar e buscar explicações de seus sofrimentos a sua *chi*, pois é ela que determina, de certa forma, os acontecimentos de sua vida, e principalmente, no seu corpo, por mais que no contexto haja uma tentativa de imposição de outra religião a ela. Dessa forma, pode-se concluir que:

Se a emoção não é independente da cultura, mas é, antes pelo contrário, constituída por modelos de experiência adquiridos, historicamente situados e continuamente modificados pelas experiências diferentes e pelos discursos polivalentes que se encontram em cada indivíduo, as suas perturbações, do mesmo modo, não podem ser consideradas como objectivas [...] O fato de podermos pensar a emoção ou a aflição mais como um evento contextual e específico nos seus significados e nas suas manifestações comportamentais, e menos como um universal inerente a uma espécie de “natureza humana” dada e uniforme, é-nos útil, portanto, para encarar de maneira diferente a análise das manifestações disfuncionais que a nosologia ocidental define como “perturbações comportamentais. (PUSSETTI, 2006, p. 10-11).

Nesse sentido, é importante descolonizar os saberes dominantes para repensar o cuidado à saúde mental, e ainda considerar a literatura enquanto ferramenta intelectual para abrir o caminho para reflexões mais profundas. A outra cosmovisão aqui apresentada é um saber tradicional da cultura da etnia Igbo, anterior à tentativa de universalização de saberes.

Como percebe-se, nesse saber, sofrimentos psíquicos não são classificados e medidos.

Considerações finais

A patologização decorre da perspectiva eurocêntrica sobre os modos de vida. No campo da prática de cuidado à saúde mental é notável a crescente facilidade em patologizar a subjetividade, podendo considerar ainda que a nosologia ocidental dos manuais diagnósticos-estatísticos não abrangem a totalidade das dimensões humanas. As pessoas racializadas carregam consigo todo o contexto histórico – e uma resistência a partir da ressignificação da cultura. É preciso pensar uma prática racializada para o sofrimento psíquico quando nos atentamos que o racismo é estruturante nas relações humanas. Essa prática envolve uma perspectiva decolonial, que inclui pensar formas de cuidado ao sofrimento psíquico a partir de outras epistemologias também, pois o intuito é considerar a subjetividade do sujeito racializado

historicamente no momento social em que vivemos, enquanto parte de um coletivo que tem recorrentemente a tentativa de apagamento de sua existência e de seus saberes.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Silvio Luiz. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

AMARANTE, Paulo. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

BENTO, Cida. **O Pacto da Branquitude**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2022.

BORGES, Lucienne Martins *et al.* Inflexões epistemológicas: a etnopsiquiatria. **Fractal: Revista de Psicologia**, [S.L.], v. 31, p. 249, 4 set. 2019. Pro Reitoria de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação - UFF. https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29001. Acesso em: 10 out. 2021.

COSTA, Joaze Bernardino *et al.* (Org.). **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

EMECHETA, Buchi. **As Alegrias da Maternidade**. Tradução de Heloisa Jahn. Porto Alegre: Dublinense, 2019.

FANON, Frantz. **Alienação e Liberdade**: escritos psiquiátricos. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. Tradução de José Teixeira Coelho Netto. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

LANDER, Edgardo (Org.). **A Colonialidade do Saber**: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antonio. **Filosofias Africanas: uma introdução**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

MOREIRA, Janine. **“Aqui Nessa Tribo Ninguém Quer a Sua Catequização”**: Pedagogia Social, Educação Popular em Saúde e Perspectiva Decolonial. São Carlos: EdUFSCar, 2020.

NOGUERA, Renato. Prefácio. In: FANON, Frantz. **Alienação e Liberdade**: escritos psiquiátricos. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

PUSSETTI, Chiara. A patologização da diversidade: uma reflexão antropológica sobre a noção de *culture-bound syndrome*. **Etnográfica**, Lisboa, v. 10, n. 1, p. 5-40, maio de 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3723/372339147001.pdf>. Acesso em: nov de 2021.

SANTOS, Abrahao de Oliveira. O Enegrecimento da Psicologia: indicações para a formação profissional. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S.L.], v. 39, n., p. 159-171, 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703003222113>. Acesso em: 21 de set. 2021.

SANTOS, Gisele Silva. O discurso psiquiátrico e a ideologia colonial na África britânica. **Antíteses**, [S.L.], v. 9, n. 18, p. 467, 31 jan. 2017. Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <://doi.org/10.5433/1984-3356.2016v9n18p467>. Acesso em: 21 set. 2021.

SANTOS, Renata Guerda de Araújo. A produção do cuidado em saúde mental: uma perspectiva comunitária quilombista. **Psicoperspectivas: Individuo y Sociedad**, [S.L.], v. 20, n. 2, p. 1-12, 15 jul. 2021. Pontificia Universidad Catolica de Valparaiso. <http://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol20-issue2-fulltext-2206>. Acesso em: 10 out. de 2021.

SAUNDERS, Rebecca. Sobre o intraduzível: sofrimento humano, a linguagem de direitos humanos e a comissão de verdade e reconciliação da África do Sul. **Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos**, [S.L.], v. 5, n. 9, p. 52-75, dez. 2008. FapUNIFESP (SciELO). <https://doi.org/10.1590/S1806-64452008000200004>. Acesso em: 21 de set. 2021.

TORRES, Nelson Maldonado. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: COSTA, Joaze Bernardino *et al.* (Org.). **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.